



GRUPO PARLAMENTAR

Declaração de voto

Após a apresentação do relatório na comissão de inquérito o PSD pronunciou-se no sentido de caracterizar o relatório como parcial e partidário, apenas nele constando a narrativa do Partido Socialista, que o elaborou.

Este relatório mereceu a censura unânime dos diferentes partidos, de diferentes quadrantes políticos.

A posição final do PSD sobre o relatório dependeria sempre do sucesso ou insucesso das propostas que viria a apresentar.

O PSD votou contra a parte 3 do relatório, sobre a parte da factualidade, por a mesma ser apresentada de modo enviesado, suportando a narrativa do Partido Socialista de que todos tiveram culpa no que respeita ao BES e ao Novo Banco, exceto os governos do PS.

Numa tentativa de salvar o relatório, o PSD apresentou cerca de 120 propostas de novas redações e alterações às conclusões do relatório, que é aquela que em última linha sumariza os factos mais relevantes.

Apenas 5 destas propostas do PSD não foram aprovadas, o que significa que o PSD conseguiu, com o apoio de diferentes partidos políticos, e com margens muito representativas, introduzir objetividade e rigor nas conclusões do relatório.

E, das que foram rejeitadas, foram-no esmagadoramente apenas com o voto contra do PS, algumas com a abstenção do PCP.

Destacamos como mais significativo das conclusões tiradas pela Comissão:

- O governo do PS, liderado por António Costa e sob a direção de Mário Centeno, sabia que com elevada probabilidade os 3,89 mil milhões de euros do mecanismo de capital contingente seriam integralmente utilizados pelo Novo Banco;



GRUPO PARLAMENTAR

- A clarificação da participação ativa do governo do PS no processo da venda do Novo Banco, que, como vimos, lesou o interesse público na parte que obrigaria o Estado a defender os interesses dos contribuintes;
- O governo não tentou encontrar uma solução melhor que defendesse o interesse público;
- As injeções no Novo Banco foram pouco escrutinadas pelo Governo;
- Foram identificados atos de gestão do Novo Banco que permitem concluir que a instituição de crédito sempre tentou acionar ao máximo o mecanismo de capital contingente, alguns dos quais devem merecer o escrutínio por outras instâncias;
- A supervisão do sistema financeiro falhou gravemente inúmeras vezes nos consulados de Vítor Constâncio e Carlos Costa, impedindo que muitos dos problemas criados com o BES tivessem sido evitados;
- Tal como na comissão de inquérito ao BES, foi revalidado que a resolução foi a melhor solução possível dentro das várias más soluções existentes;
- E ficou demonstrado que quando o Novo Banco foi criado em 2014 cumpriu os rácios de capital exigidos pelos reguladores;
- Quer no processo da resolução em 2014, quer no processo da venda em 2017 a Comissão Europeia impôs condições draconianas.

As propostas do PSD trouxeram novidade aos trabalhos da Comissão, ao contrário do PS que nunca quis apurar factos, mas apenas impor os seus próprios factos à Comissão.

Pelo caminho, foi aprovada uma proposta com os votos de parte dos deputados do PS e, ainda, do BE e do PCP que declara que a resolução foi uma “fraude política”, expressão em que o PSD não se revê e não qual também o Relator do Partido Socialista declarou na Comissão não se rever e por isso votou contra essa proposta. Ninguém nos governos da época teve intenção de enganar os portugueses e em face dos enormes problemas que a gestão do BES criou para a estabilidade do sistema financeiro em Portugal, foi necessário o governo da época assegurar os recursos para a capitalização do Novo Banco.

As instituições responsáveis, nomeadamente o Banco de Portugal, asseguraram que o Novo Banco seria vendido em pouco tempo e o dinheiro seria recuperado. Estes eram os dados à época, e foi com base neles que as decisões do governo, na parte apenas e



GRUPO PARLAMENTAR

só que lhe competia, disponibilizou os recursos financeiros necessários, com a expectativa de serem devolvidos rapidamente.

O futuro demonstrou que, afinal, o Novo Banco tinha grandes devedores, imparidades por reconhecer e um sem fim de problemas internos que desvalorizaram o Banco, o que não permitiu o cumprimento das expectativas que o governo tinha.

Lamentamos que desde o dia um dos trabalhos da Comissão o PS tenha tentado, por todos os meios possíveis, instrumentalizar as inquirições na construção da narrativa que afinal não encontrou respaldo nos factos e que não mereceu o vencimento na votação do relatório.

O PSD votou a favor do relatório da comissão de inquérito depois de ver quase todas as suas propostas de alteração às conclusões aprovadas e as conclusões factuais e rigorosas que introduzimos no relatório sopesam pelo voto a favor.

Este relatório tornou-se o relatório da comissão de inquérito e representa a vontade maioritária dos deputados desta Comissão.

Lisboa, 27 de julho de 2021.

Os deputados do PSD

Duarte Pacheco

Hugo Carneiro

Alberto Fonseca

Mónica Quintela

Filipa Roseta

Sofia Matos